

A sociologia econômica e o capitalismo em Schumpeter*

Economic sociology and capitalism in Schumpeter

Bruno Pacheco Heringer e Áquilas Mendes**

Resumo: O presente artigo almeja compreender o modo como Schumpeter aplicou a sociologia econômica para compreender o capitalismo, compreendida como um dos instrumentos analíticos que compõem a ciência econômica. Caracterizada como uma análise evolucionária e institucional dos fenômenos econômicos, a sociologia econômica na obra de Schumpeter é vista, na interpretação aqui sugerida, como uma vertente originada no programa de pesquisa da Escola Histórica Alemã, com a qual teve contato. Elaborar-se o modo como ele compreende o capitalismo enquanto realidade econômica-institucional específica cujo dinamismo, decorrente de causas endógenas, é entendido à luz de sua sociologia econômica, pontuando as transformações institucionais por que passam o capitalismo.

Palavras-chave: Schumpeter. Capitalismo. Sociologia Econômica. Escola Histórica Alemã.

Abstract: This paper aims to comprehend the means by which Schumpeter applied economic sociology to understand capitalism, comprehended as one of the analytical tools of economic science. Characterized as an evolutionary and institutional analysis of economic phenomena, economic sociology in Schumpeter's work is taken, in the interpretation hereby suggested, as a current originating in the research program of the German Historical School,

* Submissão: 25/10/2024 | Aprovação: 11/02/2025 | DOI: 10.29182/hehe.v28i1.1013

** Respetivamente: Mestre em Economia no Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil | ORCID: 0000-0001-9254-2760 | E-mail: heringer.bruno@outlook.com | (2) Professor Doutor do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil | ORCID: 0000-0002-5632-4333 | E-mail: aquilasmendes@gmail.com



which he had contact with. It is expounded how he understands capitalism as a specific economic-institutional reality whose dynamism, resulting from endogenous causes, is understood in light of his economic sociology, elaborating the institutional transformations which capitalism goes through.

Keywords: Schumpeter. Capitalism. Economic Sociology. German Historical School.

JEL: B31, B52, P16, Z13.

Introdução

A ortodoxia econômica ou *mainstream*, em particular na leitura neoclássica, é marcada pela adoção de um raciocínio axiomático-dedutivo, o qual é propenso a generalizações abstratas dos fenômenos econômicos. Entre as diversas correntes que pontuam críticas e alternativas a ela, encontra-se o campo da sociologia econômica. Por ela se entende uma leitura heterodoxa da ciência econômica, que enxerga os processos econômicos enquanto ligados e condicionados por instituições e estruturas sociais.

Um autor que contribuiu para tal perspectiva da ciência econômica foi Joseph Alois Schumpeter. Não obstante ser usualmente lembrado por suas contribuições para as teorias do desenvolvimento econômico e ciclos econômicos, sua compreensão do capitalismo enquanto realidade institucional específica marcada por transformações endógenas deve ser ressaltada.

De fato, sua obra deve ser compreendida em um contexto mais amplo, no qual a ciência econômica é vista de forma multidisciplinar. Em *História da análise econômica*, Schumpeter (1955) sugere que a ciência econômica nesse sentido amplo, designada como “socioeconomia”, seria constituída por quatro campos: a teoria econômica, que tomaria a forma de hipóteses explanatórias mas, acima de tudo, seria relevante para a elaboração de esquemas ou modelos que isolariam regularidades relevantes; a história econômica, tendo em vista que o objeto de estudo do economista é passível de evolução; a estatística; e a sociologia econômica, que se ocupa daquilo que a teoria econômica toma como dado, isto é, o arcabouço institucional.

A sociologia econômica, assim, seria um complemento aos três outros campos da ciência econômica, tendo em vista esse caráter plural da ciência econômica, e cujos instrumentais devem ser selecionados de acordo com os objetivos do pesquisador. Apesar disso, esse projeto de sociologia econômica de Schumpeter não pôde ser concluído detidamente pelo autor, por conta de seu falecimento. Sendo mais específico, a distinção entre os campos da sociologia econômica e da teoria econômica poderia suscitar eventuais questionamentos acerca de suas aplicações e o modo como poderiam interagir no âmbito da socioeconomia.

Conforme sugerido por Swedberg (1989), apesar de a definição formal dos dois campos em questão ser clara em Schumpeter,¹ ele não teria traçado mais exaustivamente os objetos de estudo específicos a cada um. Nesse sentido, Swedberg (1989) opta por estender a aplicação dos objetos para os quais tanto a teoria econômica quanto a sociologia econômica poderiam ser empregados, tais como moeda, classes e sistemas econômicos. Seguindo suas sugestões, é possível interpretar que a teoria econômica e a sociologia econômica, ainda que por meios diferentes, podem estudar os mesmos objetos e fenômenos, suas conclusões individuais podendo ser utilizadas de acordo com a orientação ou interesse do(s) pesquisador(es).

Ainda que existam vertentes internas à sociologia econômica, aquela que se destaca neste artigo é a da Escola Histórica Alemã de economia política por seus desafios às construções demasiado hipotéticas/abstratas tanto da economia clássica quanto do marginalismo então nascente.

Suas contribuições tendo se concentrado no século XIX e começo do século XX, a Escola Histórica Alemã angariou maior reconhecimento à época quando um de seus membros, Gustav von Schmoller, protagonizou um debate em 1883 com Carl Menger, um dos nomes da primeira geração da Escola Austríaca, que na literatura ficou conhecido como *Methodenstreit* ou “disputa dos métodos” (Hodgson, 2001).

A ênfase deste artigo nas contribuições dos membros da Escola Histórica Alemã nos termos de sociologia econômica encontra respaldo em um ensaio originalmente escrito por Schumpeter (2018). Ao comentar sobre o objeto de estudo do economista ser apenas parcialmente econômico, abrindo margem para abordagens complementares à teoria pura, ele sugere que três dos principais membros da Escola Histórica Alemã deram contribuições nesse sentido:

Desse ponto de vista, a obra de vida de Schmoller consistiria, na maior parte, na criação e desenvolvimento de uma sociologia econômica desse tipo, Max Weber e Werner Sombart sendo da mesma forma primordialmente vistos

¹ Isto é, a teoria econômica tomaria como dado o arcabouço institucional no qual elabora suas relações econômicas de causa e efeito, enquanto a sociologia econômica se ocuparia de compreender a dinâmica institucional que abarca e modifica ao longo do tempo os processos analisados pela teoria econômica.

como sociólogos econômicos. (Schumpeter, 2018, p. 287, tradução nossa)

O objetivo deste artigo, assim, é compreender a posição da sociologia econômica na obra de Schumpeter, caracterizando-se como abordagem institucional e evolucionária da ciência econômica. Mais especificamente, nossa discussão almeja entender o modo como Schumpeter teria aplicado esse campo para uma análise do capitalismo enquanto totalidade em evolução, destacando algumas das mutações institucionais sofridas em seu desenvolvimento. Não pretendemos ser exaustivos metodologicamente quanto às modalidades de aplicação possíveis do campo da sociologia econômica, detendo-nos apenas, em última instância, a discorrer sobre uma interpretação do capitalismo realizada por ele nessa perspectiva.

Para tanto, o trabalho está dividido em cinco seções, incluindo esta introdução. Na segunda seção, argumentamos como a sociologia econômica deve ser compreendida como uma corrente alternativa à economia *mainstream*, com ênfase nas contribuições presentes na Escola Histórica Alemã. Na terceira seção, argumentamos de que forma essa vertente econômica foi possível fonte de inspiração para algumas contribuições de Schumpeter, destacando suas principais características. Na seção seguinte, traçamos uma descrição de como a sociologia econômica foi aplicada por ele para compreender o capitalismo como um processo evolucionário, tendo por principal referência na discussão sua obra *Capitalismo, socialismo e democracia*. Por fim, nas considerações finais, apresentamos alguns comentários sugerindo a importância da inspiração historicista para a sociologia econômica schumpeteriana, bem como seus possíveis desenvolvimentos.

1. A formação histórica da sociologia econômica alemã

Entre as correntes que lançaram desafios contundentes à primazia neoclássica, está o que se pode designar por “sociologia econômica”. Trata-se, em poucas palavras, de uma abordagem heterodoxa da ciência econômica, a qual, como pontua Hass (2007), tem por elemento fundamental o fato da “imersão” ou *embeddedness*.² Isto é, as relações econômicas

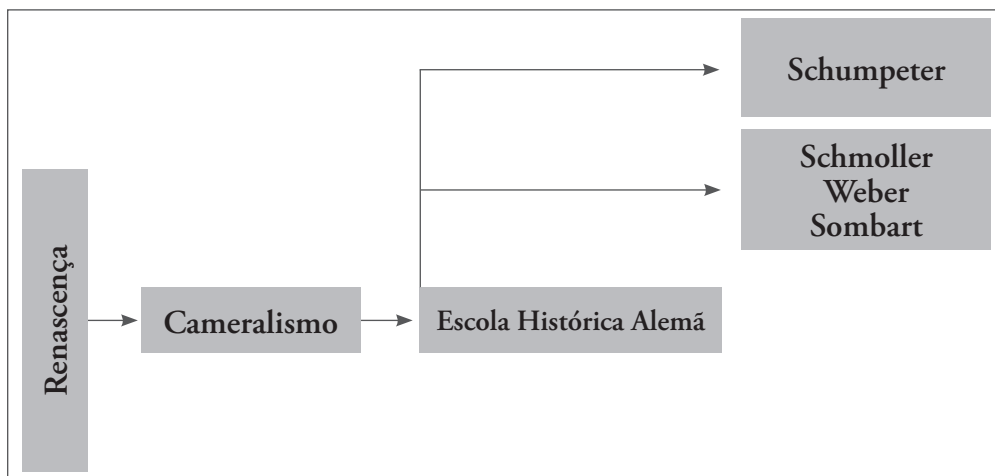
² Swedberg (2003) aponta que o conceito de *embeddedness* (podendo ser traduzido como “imersão”) remonta à obra de Karl Polanyi, *The Great Transformation*. Mark Granovetter retomaria o

não seriam visualizadas por uma ótica atomista; em vez disso, entende-se que cada agente econômico é constrangido e condicionado por estruturas e normas sociais que modificam a operação das economias.

Conforme Swedberg (1991), seria possível identificar três tradições de sociologia econômica. A primeira delas seria a vertente alemã, designada por *Wirtschaftssoziologie* (sociologia econômica), e teria a obra de Max Weber como seu pináculo; a segunda corrente é francesa, sendo denominada de *sociologie économique*, tendo Émile Durkheim e seus seguidores como expoentes; por fim, a vertente americana seria representada por Talcott Parsons e Neil Smelser.

Argumentaremos, tendo por base as discussões seguintes, que a sociologia econômica alemã é de grande importância para a compreensão da obra de Joseph Schumpeter e, em particular, que teria se beneficiado dessa tradição em sua leitura institucional e evolucionária do capitalismo. Nossa interpretação, portanto, é de que existem conexões relevantes pouco ressaltadas, cabendo elencar alguns dos elementos que nela existem e que correspondem a uma tradição de pensamento econômico singular em sua crítica aos postulados da tradição *mainstream*/ortodoxa. A Figura 1 nos servirá de base para algumas relações relevantes a serem explanadas nos parágrafos seguintes.

Figura 1 – O Outro Cânone do pensamento econômico



Fonte: adaptado de Reinert (2016, p. 76).

conceito em um importante artigo de 1985 intitulado “Economic Action and Social Structure” e considerado por Swedberg como estímulo ao surgimento da nova sociologia econômica.

Reinert (2016) denomina a tradição ilustrada como “Outro Cânone”. Essa tradição, responsável pelas políticas que propiciaram a ascensão das nações atualmente desenvolvidas, remonta há pelo menos 500 anos e contrasta com a leitura ricardiana, que emerge posteriormente. Essa tradição econômica, assim, representa uma alternativa à leitura ortodoxa ao prezar pela experiência como critério de escolha das políticas econômicas.³

Por se tratar de uma abordagem menos abstrata, essa vertente alternativa também se orientou diversamente daquela identificada contemporaneamente com o *mainstream*. Além de ser evitada de historicidade por considerar as particularidades estruturais/institucionais de um país, adota o princípio da compreensão (*verstehen*), em vez de explicação (*erklären*): o mundo é visualizado de maneira qualitativa, em que os agentes econômicos adotam condutas diferenciadas diante dos fatos. Isso culminaria na preocupação com a observação prática do mundo, em vez de sua distorção em modelos preconcebidos (Reinert, 2019a).

Adicionalmente, essa vertente se norteou por um método plural, no qual diferentes ramos do conhecimento auxiliariam na compreensão situacional dos países. Essa postura pode ser entendida nos seguintes termos:

Na tradição do “outro cânone”, só se alcança conhecimento no nível macro por meio do conhecimento factual detalhado do que acontece no nível micro. Na verdade, esse tipo de compreensão exige que o economista mova-se constantemente, subindo e descendo entre os níveis alto e baixo de abstração. [...] A economia do “outro cânone” possui uma grande caixa de ferramentas, na qual cabem todas as ferramentas que possam refletir os aspectos relevantes da realidade. (Reinert, 2016, p. 78)

Esse “outro cânone” também poderia ser designado como Pensamento Continental, em contraste com o Pensamento Anglo-Saxônico

³ Na discussão que segue, destaca-se que sua teorização e recomendações de políticas econômicas emergem de maneira gradual. Ao empregarmos uma elaboração “moderna” de Reinert (2016), constata-se que enquanto a leitura de inspiração ricardiana opera com um modelo de equilíbrio competitivo, em que a atividade econômica sofre rendimentos decrescentes, o “outro cânone” enfatiza que as atividades produtivas com rendimentos crescentes de escala (sobretudo a indústria) são a chave para a superação do atraso.

contemporaneamente identificado no *mainstream*. Em parte, foi desse Pensamento Continental⁴ que, argumentamos, surgiu a sociologia econômica alemã.

As origens dessa vertente alemã decorrem da devastação sofrida pelo território que compunha a Alemanha durante a Guerra dos Trinta Anos,⁵ incitando resposta para realizar o processo daquilo que seria denominado posteriormente de convergência (*catching up*) em relação às nações mais ricas. A princípio se tratava de concílios territoriais que administravam as finanças reais, essas *cameras*, no latim, ou erários públicos, mais tarde se articulariam em uma ciência própria denominada de *cameralismo*, que almejava coordenar as políticas do Estado nascente para aprimorar as condições socioeconômicas locais (Riha, 1985). Isso lhe imprimiu um caráter profundamente histórico e multidisciplinar, permitindo tanto a elaboração de políticas que se adequassem às características de cada localidade quanto críticas às posições universais-abstratas que provinham do mundo anglo-saxônico. Reinert (2019b) descreve esse contraste:

A perspectiva dos cameralistas era aquela da administração pública, de impostos e instituições, leis e regulações. Sua visão do desenvolvimento econômico era, portanto, muito prática, e a levou a uma consideração da produção – em vez de apenas o comércio – e o equilíbrio entre as diferentes atividades econômicas. (Reinert, 2019b, p. 17, tradução nossa)

Além de operar em termos menos abstratos, sua análise se focou na esfera da produção em vez da troca, algo que estimulou leitura mais ampla da ciência econômica por contemplar as diferenças geográficas e históricas, tecnológicas e técnicas, em governos e governança, assim como em questões sociais (Reinert, 2019b).

⁴ Este Pensamento Continental encontra origem, em patamar teórico, nas obras dos italianos Giovanni Botero e Antonio Serra. Adotando uma linguagem moderna para explicá-los, ambos apontaram que a prosperidade das cidades ricas decorria da escolha por atividades econômicas com retornos crescentes, com ênfase nas manufaturas. Para uma discussão da importância de Botero e Serra para políticas do desenvolvimento, ver Reinert e Carpenter (2014).

⁵ Refere-se, em linhas gerais, ao conflito que envolveu também as localidades que compunham a Alemanha entre 1618 e 1648, motivado por disputas religiosas entre autoridades católicas e protestantes, bem como por contendas políticas (Riha, 1985).

Fazendo menção à exposição de Edward Seligman, Reinert (2019a) elenca os cinco pontos que definiriam a economia alemã: anseio de complementar dedução com estudo histórico e estatístico; rejeição do universalismo das teorias, apontando para sua relatividade em termos institucionais; crítica ao *laissez-faire*; intimidade de lei, ética e economia; e recusa absolutismo do egocentrismo na conduta econômica.

Essa leitura historicamente sensível da economia teve como uma derivação a chamada Escola Histórica Alemã de Economia. Ela empregou com veemência o método histórico na análise econômica, salientando a heterogeneidade espacial e temporal das nações, em detrimento da universalidade pressuposta na lógica e na matemática (Cunha, 2014).

Se os primeiros passos dessa vertente foram dados na jurisprudência com Carl von Savigny, foi na economia que o método historicista⁶ teve maior repercussão. Apontado como o precursor do historicismo econômico e influenciado pela tradição cameralista, Friedrich List exerceu influência notória não apenas no pensamento econômico alemão como também nas políticas econômicas, culminando na publicação de sua obra *O sistema nacional de economia política*, de 1841 (Costa, 2022). Tendo operado com o conceito de “forças produtivas”, elencou a importância tanto dos investimentos tangíveis quanto da qualificação intelectual como motores do desenvolvimento econômico, estimulando a introdução de barreiras tarifárias para a defesa da indústria alemã, bem como a criação da união aduaneira alemã ou *Zollverein* (Riha, 1985).

Apesar disso, Riha (1985) e Costa (2022) apontam que os primeiros membros do historicismo econômico foram Wilhelm Roscher, Bruno Hildebrand e Karl Knies, formando a chamada Velha Escola Histórica. Ao passo que esta tinha por objetivo complementar o lado analítico da ciência econômica com o estudo histórico, enfatizando as ideias de desenvolvimento e evolução institucional,⁷ seus seguidores formaram a Nova

⁶ Os termos “historicista” e “historicismo” serão empregados no decorrer deste artigo para se referir às ideias que configuram a Escola Histórica Alemã.

⁷ Incidentalmente, a discussão da Escola Histórica Alemã e suas contribuições pode sinalizar certas similaridades com as contribuições do Institucionalismo americano. Milonakis e Fine (2008) comentam que, antes da Primeira Guerra Mundial, era usual que alunos americanos continuassem seus estudos pós-graduados em economia na Alemanha, destacando que essa leitura evolucionária dos historicistas pode ter sido uma inspiração para Veblen, o qual chegou a tecer considerações sobre Schmoller.

Escola Histórica, organizada em torno de, entre outros, Gustav von Schmoller, um dos grandes protagonistas de toda a Escola. A terceira e última fase corresponde à geração de algo revisionista, denominada Novíssima Escola Histórica, tendo por membros Werner Sombart, Max Weber e Arthur Spiethoff. Essa geração não apenas deu tratamento mais equilibrado à teoria e à história, como tinha uma questão de pesquisa em comum: a natureza do capitalismo.⁸

Nesse sentido, aponta-se para o legado historicista presente na sociologia econômica alemã. Em linhas gerais, podemos seguir Swedberg (1991) em sua constatação de que a sociologia econômica alemã tem por tópicos principais o fenômeno do desenvolvimento econômico e o papel do Estado na economia, algo também salientado por Reinert (2019b) ao comentar que a consciência do atraso em face dos países europeus avançados estimulou, entre autores alemães, a defesa de um papel mais ativo por parte do Estado.

Ambos os tópicos pressupõem uma certa historicidade e concretude dos fenômenos econômicos, os quais devem ser visualizados em sua complexidade, em vez de simplificados e esvaziados. De outro modo,

Que a sociologia econômica Alemã ser histórica e comparativa em natureza significa principalmente que ela tomava boa parte de sua inspiração da pesquisa histórica e que ela fez uso de comparações – comparações entre instituições, entre nações, e entre civilizações. (Swedberg, 1991, p. 258, tradução nossa)

As figuras de Gustav von Schmoller, Max Weber e Werner Sombart foram especialmente importantes para o desenvolvimento daquilo que se

⁸ Apesar de nossa discussão tratar a Escola Histórica Alemã enquanto uma corrente mais ou menos unificada, é preciso ponderar que ela nem sempre é vista de tal forma. Conforme pontua Almeida (2020), a ideia de que as características históricas e geográficas alemãs a condicionavam a tomar um caminho de desenvolvimento próprio (*Sonderweg*) serviu como fator de agregação dos autores que, supostamente, pertenceriam a essa corrente. Porém, ela não apenas possuía contendas internas, como mesmo a distinção da Escola em três fases é particularmente controversa para os casos da Velha Escola Histórica e Novíssima Escola Histórica, uma vez que Roscher, Knies e Hildebrand mantinham discordâncias acerca da definição do método a ser adotado, e Schumpeter, que sugeriu a existência da terceira fase da escola, posteriormente teria abandonado o uso do termo; adicionalmente, seus autores eram diversamente designados por outros termos, tais como socialistas de cátedra (*Kathedersozialisten*) e economia política neoprussiana (*neupreussische Nationalökonomie*) (Almeida, 2020).

entende por sociologia econômica. Para fins expositivos do pano de fundo historicista da sociologia econômica schumpeteriana, optamos por fazer um breve esboço de Weber.

Tendo sido estudante na faculdade de Direito de Berlim, Weber logo ocupou as cátedras de Economia Nacional⁹ em Freiburg e Heidelberg ao final do século XIX, tendo lecionado um curso de economia em seis partes entre 1894 e 1898, e seus conhecimentos na área compreendiam economia agrária (frutos de sua pesquisa para *Habilitation*¹⁰ e um estudo encomendado sobre a situação dos trabalhadores rurais a leste do rio Elba), economia medieval (fruto de sua dissertação de doutorado) e a operação da bolsa de valores (Whimster, 2009).

Além de *Economia e sociedade* e *História econômica geral*, suas contribuições usualmente evocam sua obra *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, na qual Weber interpreta que o capitalismo, longe de ser determinado exclusivamente por forças econômicas, teria no protestantismo de matiz calvinista com sua ascese intramundana um fator indispensável para a adoção de comportamentos metódicos (Costa, 2022). Destaca-se ainda que, embora essa temática já estivesse presente em Georg Simmel, “é de Sombart, em especial de seu livro *O Capitalismo Moderno*, que Weber herdou o Capitalismo e a sua lógica de racionalização como problema de pesquisa a ser enfrentado [...]” (Costa, 2022, p. 758).

A aparente incongruência de se visualizar Weber, usualmente visto apenas como sociólogo, também como um economista é solucionada assim que verificamos que a sociologia enquanto ramo organizado do conhecimento ainda não existia no início do século XX, e que a típica separação entre economia e as demais ciências sociais era muito mais tênue. Dizendo de outro modo:

A resposta *não* é que Weber era um economista e não um sociólogo – isso seria simplesmente substituir um engano por outro. Parte do paradoxo de Weber ser visto como um economista por seus contemporâneos e como um sociólogo

⁹ Adair-Toteff (2022) observa que os estudantes da ciência econômica na Alemanha de então se referiam como economistas políticos ou economistas nacionais. Ela compreendia três disciplinas: economia geral, finanças e economia nacional prática.

¹⁰ Tratava-se de uma segunda tese de doutorado exigida para se ingressar na academia alemã, que contemplava um campo no qual o doutorando desejasse lecionar (Grimmer-Solem, 1998).

hoje é solucionado quando se percebe que a economia era uma ciência muito mais ampla no tempo de Weber do que é hoje. (Swedberg, 1998, p. 173, tradução nossa, grifo do autor)

Ele assim define o termo: “Economia sociológica (*Sozialökonomie*),¹¹ por outro lado, considera as atividades humanas reais tal como são condicionadas pela necessidade de se considerar os fatos da vida econômica” (Weber, 1968, p. 311-312, tradução nossa). Ou seja, a ciência econômica tal como a conhecemos deve contemplar mais do que apenas a atribuição de nexos causais, também devendo

[...] investigar a totalidade dos fenômenos sociais com relação ao modo como são, em parte, influenciados por causas econômicas – isto é: ela deve aplicar uma interpretação econômica da história e da sociedade. E mais além, ela deve demonstrar como os processos econômicos e formas econômicas são determinados por fenômenos sociais de diversos tipos e em diversos estágios de desenvolvimento – isto é: a tarefa da história econômica e da sociologia econômica. (Weber, 2012, p. 332-333, tradução nossa)

Ou seja, se a teoria econômica considera ações voltadas à obtenção de utilidade independente de outrem e motivadas por interesses materiais, a sociologia econômica, para Weber, analisa as ações de agentes com motivadores plurais (interesses materiais, tradições e sentimentos) voltados para a obtenção de utilidade orientada/condicionada por outros agentes (Swedberg, 1998).

Assim, nota-se como economia e sociedade se entrelaçam nessa vertente. Veremos na quarta seção alguns dos *insights* presentes na obra

¹¹ De modo a evitar ambiguidade, nota-se que o termo “Economia sociológica”, traduzido antes, está no original como *Sociological economics*, mas também poderia ser traduzido como “Socioeconomia”, como destacado pelo editor no original (*Sozialökonomie*). Essa observação é importante tendo em vista que a Socioeconomia, em Weber, segundo Swedberg (1998), possui três ramos: teoria econômica, história econômica e sociologia econômica. Portanto, assemelhando-se à definição dada por Schumpeter (1955), apenas carecendo do campo da estatística. Para discussão das ideias econômicas na obra de Weber, ver o apêndice de Swedberg (1998).

de Joseph Schumpeter, concretizados sobretudo em sua interpretação do capitalismo nos termos da sociologia econômica.

2. A sociologia econômica como alternativa à ortodoxia

As principais contribuições de Schumpeter são frequentemente apontadas como sendo sua teoria do desenvolvimento econômico, cuja força motriz é o empresário inovador, e sua teoria dos ciclos econômicos. Essa forma de apresentar suas contribuições se volta sobretudo ao aspecto propriamente teórico ou causal de suas investigações. É importante notar, porém, que a obra de Schumpeter encontra algum respaldo, sugerido anteriormente, na sociologia econômica alemã. Sobretudo porque, em muitos de seus escritos, o elemento institucional-concreto se faz presente em sua leitura dos processos econômicos, bem como em sua dimensão extraeconômica.

Antes de visualizarmos o modo como ele aplicou esse campo, cabe discorrer brevemente acerca do que se entende por “sociologia econômica”, discernindo-a da teoria neoclássica, conforme algumas características gerais apresentadas no Quadro 1, elaborado a partir de Swedberg, Himmelstrand e Brulin (1987).

Quadro 1 – Comparação entre a sociologia econômica e a teoria neoclássica		
	Teoria Neoclássica	Sociologia Econômica
Conceito de Agente	Indivíduos, famílias e firmas maximizadoras	Indivíduos, grupos, classes e instituições sociais
Campo de Ação	Economia “pura”	Economia “social”
Tipos de Ação Econômica	Ações plenamente racionais	Ações com racionalidade limitada
Resultado das Ações Econômicas	Equilíbrio (harmonia)	Desequilíbrio (poder/interesses)
Visão do Analista	Objetividade	Objetividade “parcial”

(continua)

Quadro 1 – Comparação entre a sociologia econômica e a teoria neoclássica		
Conceito de Tempo	Atemporalidade ou estacionaridade	Dinâmico (path-dependence)
Método Científico Geral	Hipotético-dedutivo	Histórico-dedutivo*

Fonte: adaptado de Swedberg, Himmelstrand e Brulin (1987, p. 174, tradução nossa).

* Os termos “hipotético-dedutivo” e “histórico-dedutivo” foram selecionados a partir da discussão de Bresser-Pereira (2024) acerca dos métodos supracitados de análise pertencentes, respectivamente, às ciências metodológicas e substantivas, as quais diferem segundo a natureza do objeto estudado, seja ele abstrato ou empírico/evolucionário. Esses termos se adequam à nossa discussão em virtude de o contraste entre teoria neoclássica e sociologia econômica se assimilar nesse sentido.

Deve ser ressaltado que as características listadas no quadro, e discorridas a seguir, podem ser vistas como amplamente pertencentes à corrente neoclássica que tomava forma no início do século XX e ganhava espaço depois da Segunda Guerra Mundial, levando em consideração a formalização crescente da ciência econômica.¹² Nesse sentido, Milonakis e Fine (2008) argumentam que sua ascensão resulta, em última instância, da vitória da interpretação abstrata da economia no âmbito da *Methodenstreit*, e reforçam que, contrariamente, foram “Weber e Schumpeter os dois indivíduos que, mais do que quaisquer outros de proeminência, tentaram manter vivo o escopo mais amplo da economia” (Milonakis; Fine, 2008, p. 193, tradução nossa).

Enquanto o agente neoclássico corresponde ao agente maximizador de utilidade, na sociologia econômica os agentes (indivíduos ou não) estão socialmente inseridos. Associado a este primeiro contraste se encontra a posição da economia que, enquanto é visualizada em sua forma “pura” e separada das estruturas sociais/institucionais no paradigma neoclássico, é vista como parte da sociedade na abordagem alternativa, interagindo e sendo condicionada por estruturas/normas extraeconômicas, o que implica uma leitura mais ampla dos processos econômicos.

¹² Fazendo referência a Tony Lawson, Almeida (2020) comenta que a corrente neoclássica não seria propriamente uma “Escola”, podendo mais ser visualizado como um “grupo”. Nesse sentido, e considerando as limitações de espaço do presente artigo, apenas salientamos que essa agregação das características listadas no quadro nos termos de uma “teoria neoclássica” obedece apenas a uma aproximação, tendo em vista sua orientação relativamente abstrata e formalista.

Se, por um lado, o agente representativo neoclássico (*homo economicus*) visa a ações ótimas sob restrições dadas e perfeitamente conhecidas (informação simétrica), por outro a sociologia econômica considera heterogeneidade de agentes com racionalidade limitada. Como consequência dessas interpretações, o neoclassicismo e a sociologia econômica operam, respectivamente, com os paradigmas do equilíbrio e desequilíbrio quanto ao resultado dos processos econômicos.

O tempo seria considerado, na primeira leitura, como um parâmetro de sucessão homogênea de momentos, isto é, a trajetória de variáveis não dependem de seu comportamento passado. Já na leitura da sociologia econômica, o tempo é visto como uma variável que restringe nosso campo de ação, isto é, consideramos a possibilidade de *path-dependence*, em que certas instituições herdadas limitam nossas escolhas presentes. Adicionalmente, o método hipotético-dedutivo empregado pelo neoclassicismo se reflete em interpretação do cientista social imparcial e objetivo, ao contrário do método histórico-dedutivo, o qual opera em um nível menor de abstração, considerando a influência que estruturas sociais exercem sobre a visão do cientista social.

Ainda que o elemento marxiano em sua obra seja por vezes salientado na literatura sobre suas contribuições, uma outra fonte nos instiga a partir das constatações de diferentes autores: a Escola Histórica Alemã.

Para Shionoya (2005), a sociologia econômica schumpeteriana teve como pano de fundo os resultados da *Methodenstreit*,¹³ em que os métodos teórico e histórico seriam crescentemente separados no escopo da ciência econômica. Schumpeter argumenta que ambas as abordagens são legítimas, a escolha dependendo da natureza do problema de pesquisa do cientista social.

Swedberg (1995) fala sobre a presença desse elemento multidisciplinar que se trata de uma visão da economia como um fenômeno eminentemente social, no qual os processos econômicos se encontrariam entrelaçados com as demais esferas sociais, designado por socioeconomia (*Sozialökonomie*).

¹³ Refere-se à “disputa dos métodos” entre seus dois protagonistas: Carl Menger e Gustav von Schmoller. Resumidamente, a controvérsia se deveu a que Menger enfatizava o caráter teórico/abstrato da ciência econômica, contrariamente a Schmoller, que via no estudo histórico a principal ferramenta de investigação do economista. É interessante notar que Schumpeter (1955, p. 814, tradução nossa) tem uma postura conciliadora da controvérsia, afirmando se tratar de “energias desperdiçadas, que poderiam ter sido voltadas a um melhor uso”.

Embora o termo admita mais de uma acepção, ele se orienta pelo significado atribuído por Schumpeter desde pelo menos sua segunda obra (*Teoria do desenvolvimento econômico*), sendo a sociologia econômica um dos quatro campos que compõem a socioeconomia.¹⁴

Nesse sentido, Swedberg (1989) identifica uma passagem de *História da análise econômica* em que Schumpeter reconhece a importância de Weber para o surgimento da sociologia econômica:

Sua obra e ensinamento [de Weber] tinha muito a ver com o surgimento da Sociologia Econômica no sentido de uma análise das instituições econômicas, cujo reconhecimento como um campo distinto esclarece tantos problemas metodológicos. (Schumpeter, 1955, p. 819, tradução nossa)

Embora não seja a única fonte de inspiração, a própria teoria da ação empresarial presente em sua obra também possuiria similaridades para com essa escola, especialmente no tocante à sensibilidade histórica e institucional com que a análise é levada a cabo:

Nesse contexto, não deveria ser surpreendente que a noção correspondente de especificidade histórica foi elaborada de forma mais proeminente nos arcabouços conceituais da Escola Histórica Alemã. De fato, partes relevantes da abordagem schumpeteriana ao empreendedorismo, especialmente seus aspectos institucionais, devem ser localizadas no historicismo alemão. (Ebner, 2003, p. 118, tradução nossa)

Economia e sociologia apresentam, nesse sentido, um ponto de contato e uma diferença. Analiticamente, ambas empregam a mesma operação de conceitualização, e apenas em um momento posterior à coleta de dados. Isso as isolaria dos estudos puramente históricos ou etnológicos, os quais iniciam com a coleta de dados. Contudo, um aspecto

¹⁴ Como aproximação, a socioeconomia se apresentaria como um estudo das relações entre economia e processos sociais. Essa perspectiva multidisciplinar foi mais bem articulada em sua obra póstuma, *História da análise econômica*, na qual Schumpeter (1955) elenca que todo economista deveria dominar quatro campos: teoria econômica, estatística, história econômica e sociologia econômica. Os três primeiros, juntos, correspondem ao que ele denomina de “análise econômica”, ao passo que os quatro juntos formariam a economia científica ou socioeconomia (*Sozialökonomie*), termo este que toma emprestado de Weber.

metodológico que as diferencia é que, ao passo que a economia se vale do individualismo metodológico¹⁵ em suas investigações, a sociologia, por estudar o fenômeno social como algo *sui generis*, prescinde dessa abordagem (Swedberg, 1989).

De fato, a sociologia econômica na leitura de Schumpeter é vista como uma disciplina que pertence à ciência econômica, não se confundindo com uma análise sociológica da economia. Ao comentar sobre os conflitos existentes entre sociólogos e economistas, ele pontua que, se por um lado essa convergência de interesses tem sido cada vez menor, por outro não se deveria perder de vista que uma mistura inconsequente de ambas as disciplinas levaria a uma possível perda de análises satisfatórias. Em suas palavras: “Como um economista eminente certa vez observou, a fertilização recíproca pode facilmente resultar em esterilização recíproca” (Schumpeter, 1955, p. 27, tradução nossa).

Cabe, portanto, identificar suas problemáticas e seu método de estudo. Se por um lado a teoria econômica tem por objetivo a explanação que concatena causa e efeito em termos universalmente válidos, e por outro lado a história econômica lida com aquilo que é individual e temporal, o fato de ambas não serem excludentes pressupõe um limiar de contato em comum. Contudo, esse mesmo limiar aponta para um tipo de investigação diferente de ambas. A integração possível entre teoria e história nos termos da sociologia econômica apontaria para uma abordagem que prezaria pelo estudo de certos fatos e instituições como se fossem um “tipo de história econômica generalizada ou tipificada ou estilizada” (Schumpeter, 1955, p. 20, tradução nossa).

Ou seja, ao mesmo tempo que a economia, como um dos ramos organizados da ciência social, não pode prescindir da articulação causal e atemporal dos fenômenos econômicos, deve atentar para o fato de que o fenômeno econômico pode se manifestar de formas diferentes em lugares e tempos diversos. Nesse sentido, existiriam dois grupos básicos de problemas estudados pela sociologia econômica schumpeteriana:

Sociologia econômica cobre, primeiro, os fatos do comportamento econômico dos quais economistas criam

¹⁵ Segundo Machlup (1951), foi Schumpeter quem teria cunhado o termo “individualismo metodológico”.

certas suposições e, segundo, as instituições que caracterizam a organização econômica das sociedades a serem estudadas. (Schumpeter, 1955, p. 544, tradução nossa)

O primeiro elemento, portanto, diria respeito ao elemento motivacional que subjaz às ações econômicas. Subentende-se que os agentes econômicos não se limitam ao comportamento maximizador de utilidade do *homo economicus* neoclássico. No tocante às instituições, Schumpeter (1983) define que se trata de comportamentos impostos sobre os indivíduos, não se limitando às instituições legais como propriedade, contrato e entes públicos. O conceito de instituições na sociologia econômica schumpeteriana cumpriria papel intermediário entre a generalização da teoria e a particularidade da história,¹⁶ definidas mais amplamente como regras sociais, possuindo conexões com as obras de Schmoller e Weber nesse sentido (Shionoya, 1997).

Portanto, poder-se-ia inferir que instituições correspondem a normas consolidadas que cumprem funções positivas (estímulo) e negativas (desestímulo), e podendo ser distinguidas entre as formais, como propriedade e contrato, e as informais, entre elas a unidade familiar. Essas duas problemáticas serão aplicadas na seção seguinte, ao analisarmos o capitalismo à luz de sua sociologia econômica.

3. O capitalismo na perspectiva da sociologia econômica schumpeteriana

Foi visto que a sociologia econômica, enquanto abordagem econômica de cunho heterodoxo, serviu de esteio para análises mais concretas e amplas dos fenômenos econômicos, apresentando sensibilidade analítica ao contexto institucional e o quadro histórico geral em que cada sociedade em uma época e lugar se encontra.¹⁷

¹⁶ Nota-se que o próprio Schumpeter enfatiza a importância do estudo histórico por parte do economista, a ponto de comentar, no tocante aos três primeiros campos da “análise econômica”: “Dejo afirmar de pronto que, se reiniciasse meu trabalho em economia, me fosse dito que eu poderia estudar apenas um dos três [teoria, história ou estatística] mas que poderia ter minha escolha, seria história econômica que escolheria” (Schumpeter, 1955, p. 12, tradução nossa).

¹⁷ É notório que uma das grandes problemáticas de pesquisa da ciência social, destacando aqui o caso alemão, no começo do século XX, foi o capitalismo enquanto realidade histórica, sua gênese e natureza, e entre os autores com essa preocupação estavam Max Weber, Werner Sombart, Ferdi-

Na sequência, portanto, serão introduzidas algumas suposições relevantes para compreender uma aplicação da sociologia econômica do capitalismo. Cabe destacar que, apesar de existirem traços da sociologia econômica em diferentes escritos seus, foi na segunda parte de *Capitalismo, socialismo e democracia* que vemos como Schumpeter elaborou relativamente mais a fundo tal projeto, sobretudo nos capítulos onze a catorze da obra.

Dessa forma, nesta seção serão feitos alguns apontamentos sobre o modo como sua análise se enquadra nas discussões anteriores acerca da sociologia econômica, tendo por objeto o capitalismo em sua dinâmica evolucionária-institucional.

A primeira observação a se ter em mente é que ele visualiza uma sociedade em dois níveis: sistema e ordem (Schumpeter, 2010). Ambos os níveis podem ser compreendidos conceitual e empiricamente. Por sistema entende-se, conceitualmente, as relações e mecanismos econômicos propriamente, ou o domínio do “puramente econômico” tal qual elaborado pela teoria econômica por meio de seus axiomas. Alternativamente, o arcabouço institucional no qual o sistema se encontra configura a ordem. Nesse sentido, pode-se notar, já no princípio de sua análise, que a concepção de Schumpeter partilha da visão do campo de estudo do economista como eminentemente social, em que o capitalismo não pode ser dissociado da realidade social na qual se encontra.

Nos termos de sua análise, isso apontaria para o fato de qualquer sociedade ser heterogênea nas estruturas e princípios que a dispõem. Isto é, a construção analítica do capitalismo exigiria alguma correspondência empírica com os elementos que o compõem, sendo que um “capitalismo puro” seria apenas um tipo ideal.¹⁸ Assim o é, pois, segundo ele:

[...] sociedade alguma jamais é homogênea. Com isso não quero dizer apenas que o setor político de cada sociedade

nand Tönnies e Georg Simmel (Whimster, 2009). Pode-se argumentar que uma parte do interesse de Schumpeter pela dinâmica do capitalismo decorre dessa ascendência alemã de seu pensamento.

¹⁸ Incidentalmente, essa similaridade foi notada por Shionoya (1997), para quem, em certo sentido, haveria uma proximidade entre Weber e Schumpeter nos termos de “instrumentalismo metodológico”, isto é, que o objeto de estudo do cientista social é um construto imaginário que conceitualiza certo aspecto daquilo que é observado. Mais especificamente, para ele a tentativa de empregar generalizações historicamente sensíveis pelo “conceito de instituições de Schumpeter foi uma especificação substantiva do conceito de tipo ideal” (Shionoya, 1997, p. 220, tradução nossa).

emerge de, e, portanto, reflete, todos os diferentes interesses e atitudes dos vários grupos e classes que o sistema social prevalecente produz. Me refiro a algo muito mais fundamental: toda sociedade contém, em qualquer momento, elementos que são os produtos de diferentes sistemas sociais. Assim, a sociedade feudal abrigou [...] também outros elementos [...] Na época capitalista, as classes que são os produtos do processo capitalista dificilmente são encontradas sozinhas. (Schumpeter, 1951, p. 171-172, tradução nossa)

O capitalismo é visualizado, nos termos anteriores, como um “sistema” baseado em três elementos: propriedade privada dos meios de produção, produção para venda e crédito (Schumpeter, 2010), e isso correspondendo à esfera do “puramente econômico”. Por sua vez, a “ordem” capitalista é, fundamentalmente, racionalista, aqui compreendida como a adoção sistemática de métodos ou posturas que adequem meios a fins. Consequentemente, ele ressalta o papel do capitalismo nesse processo: “Nesse sentido, o capitalismo – e não simplesmente a atividade econômica em geral – foi a força propulsora da racionalização do comportamento humano” (Schumpeter, 2017, p. 177).

Esse racionalismo é impulsionado pelo processo capitalista em dois sentidos: ainda que não tenha criado a moeda, torna-a unidade de conta que culmina na contabilidade de partidas dobradas, reforçando essa disposição “sistemática” diante dos problemas; em segundo lugar, estando a mobilidade de classes calcada no sucesso empresarial, a ruptura com a estaticidade da sociedade pré-capitalista envolve o estímulo à postura transformadora (Schumpeter, 2017).

Consequentemente, aqui se coloca a questão fundamental da sociologia econômica de Schumpeter: existem motivos para a transformação de uma sociedade por causas *endógenas*? Isto é, ao isolarmos desastres naturais, guerras e outros fenômenos *exógenos*, seria possível identificar uma tendência à autodestruição/transformação pela lógica mesma de sua operação?

A resposta, para ele, é positiva. Essa percepção pode ser obtida ao se atentar para uma problemática entre a instabilidade do sistema e da ordem, apontada por Schumpeter (2010, p. 16, grifo do autor): “É lógico, a sim-

ples instabilidade do *sistema*, se suficientemente grave, pode ameaçar a estabilidade da *ordem*, ou o *sistema* pode ter uma tendência inerente para destruir a *ordem*, solapando as posições sociais nas quais esta se apoia”.

Isto é, nos termos da sociologia econômica, a economia é visualizada não isoladamente da estrutura social na qual opera, mas como continuamente moldada e “agindo” sobre tal estrutura social. Ao mesmo tempo, a natureza evolucionária da sociedade nos dois aspectos (econômico e social) é enfatizada. Esse raciocínio, aplicado ao capitalismo, aponta para sua transformação, sendo sintetizado nas seguintes palavras:

A tese que vou me esforçar para demonstrar é de que o desempenho presente e futuro do sistema capitalista é tal que *rejeita a ideia do seu colapso sob o peso do fracasso econômico, mas que o seu próprio sucesso [econômico] solapa as instituições sociais que o protegem* e cria, “inevitavelmente”, as condições nas quais ele não poderá viver e que designam claramente o socialismo como seu herdeiro legítimo.¹⁹ (Schumpeter, 2017, p. 92, grifo nosso)

Para melhor compreensão dessa passagem, sugerimos a seguinte interpretação da sociologia econômica schumpeteriana do capitalismo: o processo capitalista é *dual*, consistindo simultaneamente em um processo de destruição criativa na esfera econômica (sistema) e um processo de racionalização na esfera institucional (ordem). Primeiro veremos como a operação do capitalismo nos termos da teoria econômica, para Schumpeter, não admitiria essa transformação endógena, sendo necessário recorrermos à sociologia econômica para visualizá-la.

A dinâmica propriamente econômica do capitalismo é identificada em termos da introdução de novas combinações por parte dos empresários inovadores. A ação empresarial está dissociada conceitualmente tanto, por um lado, das invenções (que consistem apenas em novas articulações mentais) quanto, por outro, dos capitalistas, uma vez que estes se carac-

¹⁹ É importante notar que, ao falar de tendências objetivas ao socialismo, Schumpeter não está necessariamente fazendo um juízo de valor, ou, se tanto, um juízo de valor positivo a respeito. Fazendo menção à figura de Gustav von Schmoller, por exemplo, ressalta que “estava suficientemente persuadido do fluxo constante de instituições sociais, e ele não negou a existência de tendências em direção ao socialismo. Mas ele não se identificou com o ideal do socialismo como um objetivo de desenvolvimento” (Schumpeter, 2018, p. 266, tradução nossa).

terizam pela disponibilização de poder de compra (crédito ou capital) para que os empresários introduzam suas inovações (Schumpeter, 1949).

Inovações, conseqüentemente, agrupar-se-iam em cinco modalidades: novos bens de consumo, novos métodos de produção, introdução de novos insumos, ingresso em novos mercados e reorganização de setor ao erigir ou derrubar monopólio (Schumpeter, 1949). Schumpeter (2017) posteriormente identificaria o processo recorrente de desvalorização dos bens e modos de produção existentes em virtude da introdução de inovações como “destruição criativa”.

É preciso salientar um aspecto “negativo” de sua interpretação, ou o motivo pelo qual o capitalismo *não* irá decair, qual seja, a performance econômica do sistema. Schumpeter (2017) concentra esse aspecto da discussão ao pontuar três grupos de motivos possíveis para a derrocada econômica do capitalismo: os fatores ambientais, correspondendo às políticas e aos elementos sociopsicológicos da atuação empresarial; o motor do capitalismo, entendido como transição para unidades produtivas maiores (com poder de mercado) que executam medidas restritivas de preços e produto; e o desaparecimento das oportunidades de investimento. Nesse ponto, no entanto, seu foco está no terceiro grupo de motivos. O desaparecimento das oportunidades de investimento poderia ser visualizado em termos da saturação da demanda, declínio absoluto na população, esgotamento de novas terras, cessamento de novas tecnologias e oportunidades disponíveis apenas ao setor público.

A saturação da demanda – ou o “congelamento” das preferências dos consumidores – é dispensada, uma vez que não existem motivos razoáveis para tanto. Esta primeira possibilidade é por vezes associada à segunda, qual seja, o declínio populacional, uma vez que se poderia supor que, tanto pelo lado da demanda (redução na demanda efetiva) quanto pelo lado da oferta (menor emprego de trabalho na produção), ela ensejaria redução no produto total. Esta segunda possibilidade também é dispensada por pressupor que a produtividade do trabalho é constante. O esgotamento de terras por sua apropriação, por também assumir rendimentos decrescentes pela aplicação dos insumos, é dispensado ao considerarmos os avanços tecnológicos que elevam a produtividade dos fatores (Schumpeter, 2017).

Na seqüência, o estancamento tecnológico é outra possibilidade

objetada. A elevação na produtividade dos fatores em razão da introdução de novas tecnologias não obedece à noção de retornos marginais decrescentes, não sendo possível apontar para a estagnação do capitalismo por essa via. Por fim, também se pontua a possibilidade de investimentos públicos substituírem os privados, quer seja pelo fato de o cálculo monetário não ser totalmente eficaz para evidenciar utilidade, ou por certos bens crescentemente adquirirem características de bens providos pelo setor público (bens públicos). Este último fator não é considerado por Schumpeter como implicando, necessariamente, a exclusão de todo investimento privado, novamente referenciando às objeções aos fatores anteriores (Schumpeter, 2017).

O motivo para essa digressão está em salientar que o argumento de Schumpeter aponta para uma transformação no capitalismo, porém, de cunho *institucional*, e não decorrendo tão somente por causas econômicas. Ele conclui, nesse sentido, que: “Em todo caso, não há razões *puramente econômicas* que impeçam o capitalismo de transpor com sucesso uma nova etapa, e essa é a única coisa que quis demonstrar” (Schumpeter, 2017, p. 228, grifo do autor).

Se até então a elaboração do motor capitalista, nos termos da teoria econômica, indicaria resultado bem-sucedido, cabe indicar agora sua interação com as instituições que regem a sociedade capitalista, ou sua ordem, nos termos da sociologia econômica. De fato, e como visto anteriormente, Schumpeter visualiza no tipo de mentalidade disseminada pelo processo capitalista também um elemento racionalizador ou, em outros termos, um “espírito” crítico:

Quando está suficientemente desenvolvido, o hábito da análise racional das tarefas cotidianas da vida e do comportamento racional perante elas se volta para a massa de ideias coletivas, critica-as e, até certo ponto, as “racionaliza” mediante perguntas como, por exemplo, o que justifica a existência dos reis e dos papas, ou a da subordinação, ou a dos dízimos ou a da propriedade. (Schumpeter, 2017, p. 173)

A correta compreensão de como a sociologia econômica schumpeteriana enxerga essa transformação é possível apenas quando, consonante

à ideia de heterogeneidade dos elementos sociais, visualiza-se que a sociedade capitalista exige elementos extracapitalistas que lhe assegurem estabilidade. Consequentemente, cabe compreender o que motiva Schumpeter a fazer o seguinte comentário:

Assim, o mesmo processo econômico que solapa a posição da burguesia diminuindo a importância das funções dos empresários e capitalistas, desfazendo-se dos estratos e instituições protetores e criando uma atmosfera de hostilidade também decompõe *por dentro* as forças motoras do capitalismo. *Nada mostra tão bem que a ordem capitalista não só se apoia em pilares [instituições] feitos de material extracapitalista, como também deriva a sua energia de padrões de comportamento extracapitalistas que, ao mesmo tempo, ela está fadada a destruir.* (Schumpeter, 2017, p. 226, grifo nosso)

Assim, à luz da sociologia econômica schumpeteriana, sugerimos interpretar as transformações endogenamente geradas por que passa o capitalismo em quatro termos: a obsolescência da figura do empresário, com respectiva mudança na dinâmica das unidades produtivas; a despersonalização das instituições formais (propriedade e contrato); perda de simbiose entre políticas e iniciativa privada; e afinamento das instituições informais.

A primeira transformação pode ser enxergada, primeiramente, ao notarmos uma diferença fundamental na própria leitura do processo inovativo em Schumpeter. Ao passo que em *Teoria do desenvolvimento econômico* a dinâmica capitalista gira em torno de novas empresas inovadoras que competem ao lado das velhas firmas, em *Capitalismo, socialismo e democracia* são grandes empresas, preexistentes, que introduzem inovações de forma contínua.

De fato, a sistematização das inovações, aliada à atenuação da resistência do mercado aos novos produtos gerados, induz uma paulatina obsolescência da função empresarial exercida pelo indivíduo privado, função que, ainda que deslocada, aponta para uma superação do processo inovativo capitalista (Schumpeter, 2017).²⁰ Contrastando entre as duas dinâmicas inovativas, ele pontua:

²⁰ Sobre a tese da obsolescência da função empresarial em Schumpeter, cabe observar que, ainda

Tudo isso é diferente no capitalismo *oligopolizado*. A inovação, neste caso, não está mais incorporada *tipicamente* às novas firmas, mas vai em frente no seio das grandes unidades agora existentes, na maior parte, independentemente de pessoas individuais. Ela sofre muito menos atritos, já que o fracasso em cada caso particular deixa de oferecer perigo, e ela tende a ser conduzida como um assunto rotineiro de acordo com o conselho de especialistas. [...] O progresso torna-se *automatizado*, cada vez mais impessoal e cada vez menos uma questão de liderança e de iniciativa individual. Isto representa uma mudança fundamental em muitos aspectos, alguns dos quais fogem muito da esfera econômica. (Schumpeter, 2010, p. 37, grifo do autor)

O segundo impacto da racionalização induzida pelo processo capitalista pode ser feita ao considerarmos que os conceitos de “propriedade” e “contrato” não são puramente econômicos. Primeiramente, por uma questão metodológica, existem conceitos que são, por natureza, universais, tais como os de “necessidade”, “escolha” e “bem econômico”. Outros podem admitir algum elemento histórico específico, mas que por uma leitura demasiado abstrata findam por se distanciar da realidade histórica em que podem se encontrar, exemplos sendo “preço” e “custo”. Entretanto, existem aqueles conceitos que, inevitavelmente, possuem um caráter específico, não podendo ser “deslocados” da sociedade onde se encontram originalmente, como, por exemplo, nos casos de “posseção” ou “propriedade”, os quais estão inseridos no contexto de uma sociedade mercantil²¹ (Schumpeter, 2017). E poderíamos elencar que também a própria noção de relação contratual pertence apenas a uma sociedade mercantil.

Essa transformação pode ser percebida por um conceito de Schumpeter (2017) denominado “Evaporação da Substância da Propriedade”,

que ele postule a obsolescência da *função* empresarial, o que aparenta estar argumentando é que dita função é *deslocada*, com o agente motriz executor das inovações passando de um indivíduo “privado” para, digamos, estruturas impessoais e técnicas como no caso dos departamentos de P&D de grandes empresas.

²¹ Schumpeter visualiza um sistema mercantil como aquele onde vigora propriedade privada dos meios de produção e regulação privada das atividades econômicas. O capitalismo seria um caso particular da sociedade mercantil, cuja diferença específica é o crédito produtivo direcionado para as inovações.

que apresenta duas dimensões: produtiva e de consumo.²² Essa noção denota um processo de “despersonalização” institucional, em que a propriedade passa por uma mutação em sua natureza e sua identificação, deslocando-se da esfera pessoal.

As corporações de capital aberto seriam um caso típico da primeira dimensão, podendo ser visualizado em três níveis: os executivos e administradores; os grandes acionistas; e os pequenos acionistas. No caso dos primeiros, o fato mesmo de se tratar de administradores enseja um comportamento de tipo “funcionário”, enquanto entre os acionistas, grandes e pequenos, a carência de uma responsabilidade imediata de sua propriedade enfraquece seu aspecto “privado”. O caso do contrato é algo similar, em que a relação contratual articulada diretamente entre as partes, com alta dose de “pessoalidade”, é burocratizada com o auxílio de instrumentos legais para um número igualmente impessoal de funcionários (Schumpeter, 2017). Ele resume o processo:

Assim, o processo capitalista arrasta para o segundo plano todas essas instituições, particularmente a da propriedade e a da liberdade de contrato, que expressavam as necessidades e as práticas da atividade econômica verdadeiramente “privada”. Quando não as suprime, como já fez com a liberdade de contrato no mercado de trabalho, ele atinge o mesmo objetivo deslocando a importância relativa das formas jurídicas existentes – por exemplo, as formas jurídicas próprias das sociedades anônimas em oposição às da sociedade de participação ou da empresa individual – ou lhes alterando o conteúdo e significados. Ao substituir os muros e as máquinas de uma fábrica por uma simples carteira de títulos, o processo capitalista depauperava a ideia de propriedade. [...] Desmaterializada, desfuncionalizada e ausente, a propriedade não impressiona nem suscita subordinação moral como fazia a forma vital da propriedade. (Schumpeter, 2017, p. 199)

Se tal evaporação da substância da propriedade ocorre no escopo produtivo com a despersonalização da relação proprietário-propriedade, algo análogo procede no lado consumidor. O processo de diferenciação

²² Ou evaporação da substância das propriedades industrial e de consumo.

e progresso repercutido nos serviços, por um lado, tornou quase obsoleto o tipo de bens de consumo e lazer internalizados domesticamente, e, por outro, também incitou mudança na própria estrutura doméstica, com opção por lares de menor porte e opulência, uma das consequências sendo que um motivador para o desejo de obtenção de rendas além de certo nível cessaria de existir (Schumpeter, 2017), estando atrelado à modificação dos motivadores da ação econômica abordados adiante.

Em seguida, vemos outra transformação institucional suscitada pelo processo racionalizador capitalista, dessa vez na esfera política. Schumpeter (2017) recorre a um argumento de “simbiose”, apontando para a existência de relação necessária entre o poder político representado pelo Estado e os produtores industriais. Mesmo nos tempos do “capitalismo intacto” (século XIX) havia um forte componente aristocrático ou pré-capitalista que regia as coisas políticas, existindo, na prática, um estrato legitimador e protetor dos interesses industriais. Esse fato seria um resquício decorrente do objetivo das classes dirigentes políticas dos séculos XVI ao XVIII de explorar os ganhos engendrados pelo processo capitalista. A classe de produtores industriais ou burgueses, a julgar pelo seu caráter destituído de qualquer elemento que evocasse legitimidade (por se tratar de um grupo voltado aos interesses “privados”), exigiria, portanto, que tais elementos pré-capitalistas ocupassem o Estado e salvaguardassem seus interesses.²³ Que essa simbiose está fadada a ruir sob o peso do sucesso econômico capitalista (no longo prazo), está ligado a um impacto da concentração produtiva: a destituição dos pequenos proprietários, exemplificada nos artesãos.

Que a exploração de oportunidades de lucro, ensejadas por ganhos de escala obtidos em estruturas produtivas com algum poder de monopólio, incita um movimento de concentração produtiva e destitui os pequenos proprietários, tendo seus efeitos políticos, é observável ao se notar que são eles que “pesam quantitativamente nas eleições e exercem sobre aquela que podemos denominar classe dos quadros uma influência

²³ Sobre a transformação na percepção de legitimidade de classe consonante ao processo de racionalização, um comentário é feito por Schumpeter (2017, p. 179-180, grifo do autor): “[...] essa mesma racionalização da alma despoja os direitos de classe, sejam quais forem, de todo *glamour* de sanção supraempírica. E isso, junto com o entusiasmo tipicamente capitalista pela eficiência e o serviço – tão completamente diferente do corpo de ideias que o cavaleiro típico de outrora associaria a tais palavras – engendra essa ‘vontade’ no seio da própria burguesia.”

que nenhuma administração de grande empresa é capaz de exercer [...]” (Schumpeter, 2017, p. 197). Dito de outro modo, os efeitos de curto prazo do processo capitalista engendram tal ressentimento entre os desapropriados que tenderia a incitar movimentações políticas no sentido de o Estado, que até então era visto como um “aliado” do capitalismo, passar a implementar restrições crescentes à sua iniciativa. Dessa forma, também se nota o elemento de “desequilíbrio”, em que as relações socioeconômicas são vistas como, ao menos em parte, conflitivas e marcadas por assimetrias de poder.

Schumpeter resume as consequências desse aspecto político:

Ao destruir o arcabouço pré-capitalista da sociedade, o capitalismo destruiu não só as barreiras que lhe impediam o progresso, como também os contrafortes que evitavam seu colapso. Esse processo de destruição, impressionante na sua necessidade inexorável, não foi meramente uma questão de remover a madeira podre institucional, mas de remover parceiros do estrato capitalista, com os quais a simbiose era um elemento essencial ao equilíbrio do capitalismo. (Schumpeter, 2017, p. 195)

O quarto tipo de transformação evoca a leitura da mudança de motivadores que ocorreria sob o capitalismo, representando uma divergência do *mainstream*, pois Schumpeter não reduz a conduta econômica ao mero elemento aquisitivo, tal como fazem autores neoclássicos. Existiria um motivador *extraeconômico* da ação econômica que não pode ser compreendido apenas pela observação das ações “objetivamente”.

Nota-se que, já no início do primeiro capítulo de *Teoria do desenvolvimento econômico*, Schumpeter (1949) apontou que as ações econômicas estariam imersas no ambiente social que as circunscreve. As condutas humanas teriam por resultado a totalidade dos fatos sociais, ao passo que a “conduta econômica” é a ação peculiar da esfera econômica, que visa à obtenção de bens. Aqui é possível notar um traço da sociologia econômica, uma vez que existe a identificação de ação econômica tanto no sentido estrito (a “conduta econômica” propriamente) quanto na leitura mais ampla que envolve os motivadores dessa conduta.

A ação do homem que pertence ao construto imaginário do fluxo circular, elaborado pela teoria econômica, teria por único motivador a

satisfação de necessidades, vale dizer, por meio da aquisição de bens; ela é denominada de *hedonista*.²⁴ Por sua vez, o agente peculiar ao desenvolvimento econômico corresponde ao empresário, sendo este dotado de outros motivadores que não a ação visando única e exclusivamente à satisfação de necessidades, havendo um elemento não hedonista e, enfatiza-se, *extraeconômico*. Consequentemente:

[...] o tipo de conduta em questão não apenas difere das outras por seu objetivo, “inovação”, ser peculiar a ele, mas também porque pressupõe atitudes distintas *em qualidade* e não apenas em grau daquelas do mero comportamento econômico racional. (Schumpeter, 1949, p. 81, tradução nossa, grifo do autor)

Mesmo ao limitarmos nossa análise à situação do fluxo circular e do seu agente representativo, o agente adaptativo que opera rotineiramente, nota-se que aquilo que o impele em sua conduta econômica se origina da influência de estruturas sociais sobre si, quer sejam elas a família ou unidades sociais maiores ou menores que ela, de modo que um conjunto de hábitos e convenções é que governaria a conduta do indivíduo em sua ação econômica (Schumpeter, 1949). De fato, a sociologia econômica schumpeteriana permitiria ampliar o escopo de investigação do economista na relação entre meios e fins: não mais a decisão de alocação de meios escassos para fins alternativos *dados*, pois o processo capitalista *endogeniza* a própria estrutura de fins e a modifica.

Ao recorrermos ao conceito anterior de “evaporação da substância da propriedade de consumo”, uma de suas consequências é que o motivador familiar da conduta econômica é paulatinamente erodido, o que é referido no seguinte comentário:

Para saber o que tudo isso significa para a eficiência do sistema capitalista, basta lembrar que a família e o lar familiar costumavam ser a mola propulsora da motivação do lucro tipicamente burguês. Nem sempre os economistas deram a devida importância a esse fato. [...] Quando essas

²⁴ O termo “hedonismo”, nesse contexto, não se refere necessariamente a um comportamento do tipo “egoísta”, ainda que o termo possa dar tal impressão. Seu significado, aqui, remete mais ao caráter adaptativo e passivo do agente representativo do fluxo circular.

motivações se esvanecem na visão moral do homem de negócios, surge diante de nós um tipo diferente de homo oeconomicus, que se interessa por coisas diferentes e age de modo diferente. Para ele e do ponto de vista do seu utilitarismo individualista, o comportamento do tipo antigo seria, de fato, completamente irracional. (Schumpeter, 2017, p. 224-225)²⁵

Assim, também neste quarto ponto vemos como a análise de Schumpeter em termos de sociologia econômica destoa da leitura neoclássica, uma vez que os indivíduos não seriam meros maximizadores de utilidade, mas estariam partilhando de um horizonte de motivações que não se restringe à utilidade econômica estritamente, evocando também a limitação da racionalidade dos indivíduos.

Independentemente de qualquer projeto deliberado de mudança social, aquilo que é enfatizado na sociologia econômica schumpeteriana do capitalismo, portanto, é que se trata de uma transformação “espontânea”, objetiva, ocorrendo em virtude do processo capitalista mesmo, e não de manipulações conscientes de certos indivíduos.²⁶

4. Considerações finais

A sociologia econômica pôde ser vista como uma alternativa à ortodoxia neoclássica, abordando o fenômeno econômico em um grau menor de abstração e, portanto, aproximando o instrumental empregado pelo cientista social dos processos econômicos tais como realmente operam. Em particular, foi destacado que ela é um complemento aos demais instrumentos analíticos dos quais o economista pode se valer, inclusive podendo estudar os mesmos objetos que, por exemplo, a teoria econômica, apenas empregando outra abordagem.

²⁵ Sobre essa transformação da estrutura de preferências a partir de processo de racionalização, pode-se recorrer a um comentário de Schumpeter (2017, p. 179): “O processo capitalista racionaliza o comportamento e as ideais e, assim fazendo, expulsa do nosso espírito, juntamente com a crença metafísica, todo tipo de ideias místicas e românticas. Desse modo, remodela não só os métodos de alcançarmos os nossos objetivos, como também esses mesmos objetivos finais.”

²⁶ Essa constatação não necessariamente retruca a autonomia individual enfatizada na teoria schumpeteriana do desenvolvimento econômico, assim que consideramos que as ações na esfera econômica apresentam consequências inesperadas também na esfera social.

Ela proporcionaria, assim, um arcabouço por meio do qual abordar os fenômenos econômicos em suas particularidades históricas, bem como sua transformação ao longo do tempo e as implicações desse processo sobre a teorização mesma das economias reais, cujas vantagens foram salientadas a partir dos diferentes níveis de contraste para com a visão neoclássica.

Sua elaboração na obra de Schumpeter, apesar de admitir diferentes aplicações, é observada sobremaneira em suas investigações acerca do modo como a evolução institucional do capitalismo modifica e condiciona a dinâmica dos processos econômicos. Argumentou-se, mais além, que essa abordagem tem como principal fonte de inspiração a Escola Histórica Alemã, com suas críticas ao abstratismo das economias clássica e marginalista.

A principal aplicação feita por Schumpeter no tocante à sua sociologia econômica encontra-se no estudo do capitalismo enquanto realidade institucional em evolução, concentrada na segunda parte de sua obra *Capitalismo, socialismo e democracia*. Uma vez que o fenômeno econômico não pode ser compreendido plenamente isolado das estruturas institucionais e sociais que o condicionam, esse elemento possibilitou visualizar como o processo econômico de destruição criativa, por um lado, e o processo institucional de racionalização, por outro, interagem. Sua investigação, portanto, aponta para as transformações endógenas por que passa o capitalismo, contemplando a evolução da estrutura concorrencial ao considerar a modificação da função empresarial, a despersonalização das instituições formais (propriedade e contrato), a perda de simbiose entre a política e a iniciativa privada e a modificação das instituições informais (sobretudo a unidade familiar).

Uma limitação do presente estudo apontaria, assim, para um futuro aprofundamento das conexões entre Schumpeter e alguns dos membros da Escola Histórica Alemã, como Gustav von Schmoller, Werner Sombart e Max Weber. Esse aprofundamento permitiria compreender melhor o grau de originalidade de Schumpeter e a que ponto teria rearticulado e organizado as contribuições de seus precursores no historicismo alemão. Também seriam de grande valia aproximações/comparações entre as contribuições de Schumpeter nessa perspectiva e autores da Nova Economia Institucional, como Daron Acemoglu e James Robinson, fortalecendo a

relevância da sociologia econômica schumpeteriana para estudos contemporâneos com problemas institucionais. Por fim, as conexões de Schumpeter com alguns dos membros da Escola Austríaca, em particular Carl Menger e Friedrich von Wieser, poderiam estimular pesquisas que averiguassem o grau de influência, caso exista, sobre seus escritos nesse campo.

Referências

ADAIR-TOTTEFF, C. *Max Weber and the Path from Political Economy to Economic Sociology*. New York: Routledge, 2022.

ALMEIDA, I. C. de S. *Disciplinarização e cientificidade: a economia política e a nascente sociologia durante o estabelecimento das ciências humanas e sociais na Alemanha (1875-1920)*. Belo Horizonte: UFMG, 2020 (Tese de Doutorado em Economia da UFMG).

COSTA, E. J. M. da. Cultura e capitalismo em Max Weber. *Revista de Economia*, v. 43, n. 82, p. 745-773, 2022.

CUNHA, M. D. R. da. Política social na ciência econômica germânica: Gustav von Schmoller e os imperativos éticos da historiografia alemã. *História Econômica e História de Empresas*, v. 17, n. 1, p. 45-83, 2014.

EBNER, A. The Institutional Analysis of Entrepreneurship: Historist Aspects of Schumpeter's Development Theory. In: BACKHAUS, J. *Joseph Alois Schumpeter: Entrepreneurship, Style and Vision*. New York: Kluwer Academic Publishers, p. 117-139, 2003.

GRIMMER-SOLEM, E. *The science of progress: the rise of historical economics and social reform in Germany, 1864-1894*. Oxford: Clarendon Press, 1998.

HASS, J. K. *Economic sociology: an introduction*. New York: Routledge, 2007.

HODGSON, G. M. *How economics forgot history: the problem of historical specificity in social science*. London: Routledge, 2001.

MACHLUP, F. Schumpeter's Economic Methodology. *The Review of Economics and Statistics*, v. 33, n. 2, p. 145-151, 1951.

MILONAKIS, D.; FINE, B. *From political economy to economics: method, the social and the historical in the evolution of economic theory*. London: Routledge, 2008.

REINERT, E. S. *Como os países ricos ficaram ricos... e por que os países pobres continuam pobres*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

REINERT, E. S. Introduction. In: REINERT, E. S. *The Visionary Realism of German Economics: From the Thirty Years' War to the Cold War*. London: Anthem Press, p.1-13, 2019a.

REINERT, E. S. German Economics as Development Economics: From the Thirty Years' War to World War II. In: REINERT, E. S. *The Visionary Realism of German Economics: From the Thirty Years' War to the Cold War*. London: Anthem Press, p. 15-36, 2019b.

REINERT, E. S.; CARPENTER, K. German Language Economic Best-sellers before 1850, with two chapters on a common reference point of Cameralism and Mercantilism. *Working Papers in Technology, Governance and Economic Dynamics*, n. 58, 2014.

RIHA, T. German Political Economy: The History of an Alternative Economics. *International Journal of Social Economics*, v. 12, n. 3/4/5, p. 2-248, 1985.

SCHUMPETER, J. A. A Instabilidade do Capitalismo. In: IPEA. *Clássicos de Literatura Econômica: textos selecionados de macroeconomia*. 3. ed. Brasília: Ipea, p. 15-38, 2010.

SCHUMPETER, J. A. American Institutions and Economic Progress. *Journal of Institutional and Theoretical Economics*, v. 139, n. 2, p. 191-196, 1983.

SCHUMPETER, J. A. Capitalism in the Postwar World. In: CLEMENCE, R. V. *Essays of J. A. Schumpeter*. Cambridge: Addison-Wesley Press, p. 113-126, 1951.

SCHUMPETER, J. A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. São Paulo: Editora da Unesp, 2017.

SCHUMPETER, J. A. Gustav von Schmoller and the Problems of Today. *Journal of Contextual Economics*, v. 138, n. 3-4, p. 261-304, 2018.

SCHUMPETER, J. A. *History of Economic Analysis*. London: George Allen & Unwin Ltd, 1955.

SCHUMPETER, J. A. *The Theory of Economic Development: An Inquiry into Profits, Capital, Credit, Interest, and the Business Cycle*. Cambridge: Harvard University Press, 1949.

SHIONOYA, Y. *Schumpeter and the Idea of Social Science: a Metatheoretical Study*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

SHIONOYA, Y. *The Soul of the German Historical School: Methodological Essays on Schmoller, Weber and Schumpeter*. Boston: Springer, 2005.

SWEDBERG, R. Joseph Schumpeter and the Tradition of Economic Sociology. *Journal of Institutional and Theoretical Economics*, v. 145, n. 3, p. 508-524, 1989.

SWEDBERG, R. Major traditions of economic sociology. *Annual Review of Sociology*, v. 17, p. 251-276, 1991.

SWEDBERG, R. *Max Weber and the Idea of Economic Sociology*. Princeton: Princeton University Press, 1998.

SWEDBERG, R. *Principles of Economic Sociology*. Princeton: Princeton University Press, 2003.

SWEDBERG, R. Schumpeter's Vision of Socioeconomics. *Journal of Socioeconomics*, v. 24, n. 4, p. 525-544, 1995.

SWEDBERG, R.; HIMMELSTRAND, U.; BRULIN, G. The Paradigm of Economic Sociology: Premises and Promises. *Theory and Society*, v. 16, n. 2, p. 169-213, 1987.

WEBER, M. *Economy and Society: an outline of interpretive sociology*. Berkeley: University of California Press, 1968.

WEBER, M. The meaning of “value freedom” in the sociological and economic sciences. In: BRUUN, H. H.; WHIMSTER, S. *Max Weber: complete methodological writings*. Abingdon: Routledge, p. 304-334, 2012.

WHIMSTER, S. *Weber*. Porto Alegre: Artmed, 2009.